

Conflitos ambientais na Zona Rural II de São Luís (Maranhão, Brasil): investigação da atuação de empreendimentos a partir de uma análise de relatórios de sustentabilidade (2006-2015)

Conflictos ambientales en la Zona Rural II de São Luís (Maranhão, Brasil): investigación de la actuación de las empresas a partir del análisis de informes de sostenibilidad (2006-2015)

Environmental conflicts in Rural Zone II of São Luís (Maranhão, Brazil): investigation of the performance of enterprises based on an analysis of sustainability reports (2006-2015)

AUTOR

Tayanná Santos de Jesus Sbrana*

santostaay@gmail.com

* Doutoranda em História Social da Amazônia pelo programa de pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil).

RESUMO:

Neste artigo analisamos os relatórios de sustentabilidade das empresas Vale S.A. e Alcoa/Alumar, referentes ao período 2006-2015, para compreender as formas de atuação de agentes empresariais em situações de conflito com comunidades tradicionais. Como enfoque micro, abordamos o conflito ambiental entre empresas, governos e comunidades que ocorre desde meados da década de 1990, na Zona Rural II de São Luís (Maranhão), derivado da intrusão de empreendimentos em territórios de comunidades tradicionais que, desde o período, pleiteiam pela implementação de uma unidade de conservação, a reserva extrativista de Tauá-Mirim. A metodologia adotada foi a análise do discurso em perspectiva comparada, tendo como principais resultados: a) a observação de uma forma de atuação abrangente dos agentes empresariais em diversas localidades em conflito a partir de experiências e adequação às normas ambientais vigentes; b) o acionamento de conceitos-chave como *desenvolvimento e sustentabilidade* na legitimação das ações das empresas, presentes nos relatórios; e c) os relatórios de sustentabilidade como documentos de prestação de contas para acionistas e sociedade civil e de propaganda da eficácia dos empreendimentos na promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade nas localidades onde atuam, em contraposição a processos reivindicatórios comunitários.

RESUMEN:

En este artículo analizamos los informes de sostenibilidad de Vale S.A. y Alcoa / Alumar correspondientes al período 2006-2015, para comprender las formas en que los agentes empresariales actúan en situaciones de conflicto con las comunidades tradicionales. Como microenfoque, abordamos el conflicto ambiental entre empresas, gobiernos y comunidades que se ha producido desde mediados de la década de 1990 en la Zona Rural II de São Luís-MA, derivado de la intrusión de emprendimientos en territorios de comunidades tradicionales que, desde entonces, han estado exigiendo la implementación de una unidad de conservación, la Reserva Extractiva de Tauá-Mirim. La metodología adoptada fue el análisis del discurso en perspectiva comparada, teniendo como principales resultados: a) la observación de una forma de actuación integral de los agentes empresariales en diferentes localizaciones en conflicto a partir de experiencias y adecuación a

las normas ambientales vigentes; b) la activación de conceptos clave como el desarrollo y la sostenibilidad en la legitimación de las acciones de las empresas, presentes en los informes; y c) informes de sostenibilidad como documentos de rendición de cuentas para los accionistas y la sociedad civil y de publicidad de la eficacia de las acciones destinadas a promover el desarrollo y la sostenibilidad en los lugares donde actúan, en contraposición a los procesos reivindicativos comunitarios.

ABSTRACT:

In this article, we analyze sustainability reports from Vale S.A. and Alcoa / Alumar for the period 2006-2015, to understand the ways in which business agents act in situations of conflict with traditional communities. As a micro focus, we address the environmental conflict between companies, governments and communities that has been occurring since the mid-1990s in Rural Zone II of São Luís-MA, derived from the intrusion of ventures in territories of traditional communities that, since the period, have pleaded for implementation of a conservation unit, the Extractive Reserve of Tauá-Mirim. The adopted methodology was the analysis of the speech in a comparative perspective, having as main results: a) the observation of a comprehensive form of action by business agents in various localities in conflict, based on experience and adaptation to current environmental standards; b) the activation of key concepts such as development and sustainability for the legitimization of the companies' actions, present in the reports; and c) sustainability reports as documents of accountability to shareholders and civil society, in addition to advertising the effectiveness of enterprises in promoting development and sustainability in the localities where they operate, as opposed to community claim processes.

1. Introdução

A Amazônia brasileira é múltipla e perpassada por conflitos. Suas definições e atribuições, ao longo do tempo, são transformadas, suprimidas e realinhadas ao poder vigente, além de insurgirem a partir de lutas diversas (Porto-Gonçalves, 2015). O Maranhão, Estado componente da Amazônia Legal¹, também é formado por características físicas e sociais diversas, bem como por conflitos. Existe uma profusão de grupos sociais que habitam, vivenciam e constroem os lugares ancestralmente, convivendo com a constante intrusão de projetos de desenvolvimento capitaneados por instâncias do Estado em associação com empresas (Sant'Ana Júnior, Pereira, Alves, & Pereira, 2009). Em meados dos anos 1990, membros de comunidades tradicionais de São Luís 8Maranhão, Brasil) passaram a discutir formas de proteção para seus territórios, frente às variadas ameaças de intrusão, uma delas, a busca pela instituição de uma unidade de conservação (UC) que pudesse salvaguardar territórios específicos com uma identidade abrangente (Miranda Maia & Gaspar, 2009).

Como resposta, surgiu a luta pela Reserva Extrativista (Resex) de Tauá-Mirim, que dura até a atualidade. Formada pelas comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Parnauçu em Cajueiro, Porto das Arraias em Vila Maranhão, Porto Grande, Embaubal, Jacamim, Portinho, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim, a unidade de conservação conta com todo o processo técnico e administrativo de criação concluído no Ministério do Meio Ambiente (MMA), faltando apenas uma carta de anuência do governo do estado que, desde 2013, tem recusado sucessivas vezes e por sucessivas gestões. O argumento que iguala as diferentes siglas partidárias é de que a região possui vocação natural para o desenvolvimento, instaurando-se uma disputa entre distintas formas de compreender e nomear um mesmo espaço, ora visto como reserva extrativista, ora como distrito industrial (Sbrana, 2017).

Em 2015, após uma série de recusas de instâncias governamentais em aceitar a implementação da UC, membros das doze comunidades referidas e de grupos parceiros aprovaram em assembleia popular a auto-instituição da Resex, implementando seu conselho gestor. A partir de então, a reserva existe de forma autônoma e enfrentando uma série de desafios, antigos e novos. Dentre os desafios antigos, destacamos a constante ameaça de instalação de empreendimentos nos territórios comunitários, advinda de uma disputa que envolve o zoneamento do município², bem como os rumos das políticas governamentais de variadas instâncias e, de maneira geral, as concepções de desenvolvimento que orientam os processos sociais no Brasil. Observando os agentes envolvidos no conflito, notadamente encontram-se empresas como Vale S.A. e Alcoa/Alumar, ambas com formas próprias de agir no processo, o que nos interessa analisar.

Nesse artigo, objetivamos compreender as formas de atuação dos referidos empreendimentos em relação a comunidades como as da Zona Rural II de São Luís-MA, derivadas da efetivação de processos de desenvolvimento. Para tanto, analisamos relatórios de sustentabilidade produzidos no âmbito das empresas, observados como um guia, produzidos a partir dos empreendimentos para o olhar externo, a fim de prestar contas de suas ações para a sociedade, os governos e, especialmente, para os acionistas. Embora sejam relatórios que dão conta da atuação das empresas em vários lugares do Brasil e do mundo, constroem uma narrativa a respeito dos empreendimentos e diretrizes de atuação para seus funcionários, que as adaptam nas localidades onde são instaladas. Além disso, os relatórios de sustentabilidade apresentam temas como meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento que, em linhas gerais, direcionam as ações de diversos agentes ligados às empresas. O recorte temporal deste artigo está delimitado, no início, pela data de publicação do primeiro relatório da Vale - 2006 - e, no fim, pelo ano de auto-instituição da Resex de Tauá-Mirim - 2015.

PALAVRAS-CHAVE
Desenvolvimento;
relatórios de
sustentabilidade;
Zona Rural II
de São Luís-
MA; conflitos
ambientais.

PALABRAS CLAVE
Desarrollo;
Informes de
sostenibilidad;
Zona Rural II
de São Luís-
MA; Conflictos
ambientales.

KEYWORDS
Development;
sustainability
reports; Rural
Zone II of São Luís-
MA; environmental
conflicts.

Recibido:
31/05/2020

Aceptado:
17/03/2021

Dito isto, seguem três tópicos e considerações finais. O primeiro, intitulado “Referencial teórico e metodológico”, apresenta os principais debates que norteiam a pesquisa, bem como os caminhos metodológicos adotados; o segundo, “Conhecendo o espaço e o conflito”, faz uma breve caracterização do espaço e do conflito no qual estão inseridas as empresas; o terceiro, com o título “Empresas: entidades eficazes em prol do desenvolvimento”, trata de temas percebidos a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade: a despersonalização constitutiva da auto representação das empresas nos relatórios e as formas de apresentar uma eficácia das empresas em implementar um tipo específico de desenvolvimento.

2. Referencial teórico e metodológico

Partimos de perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos diálogos entre História, Sociologia, Antropologia e Geografia. Categorias como “conflitos ambientais”, “desenvolvimento” e “sustentabilidade” norteiam nossa abordagem. A primeira, “conflitos ambientais”, trata daquilo que Henri Acselrad (2004, p. 26) definiu como “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis”, podendo ser transmitidos por “solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”. Para Andrea Zhouri e Klemens Laschetski (2010, p. 18), os conflitos ambientais surgem de práticas diferenciadas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, sendo que não estão restritos a situações em que as práticas já estão em curso, podendo ocorrer desde a concepção de uma atividade que gerará os conflitos envolvendo as práticas de apropriação, como a idealização de um polo siderúrgico.

“Desenvolvimento” é o segundo conceito, compreendido aqui como uma força no imaginário social que consiste em pensar os diversos campos do real como passíveis de transformação a partir da industrialização, da tecnologização e do apagamento ou uniformização das multiplicidades, linearizando trajetórias complexas, o que levaria a um suposto futuro melhor, avançado. O desenvolvimento é um filho do progresso somado à catástrofe, sendo esta a faceta ressaltada quando observamos a configuração de políticas e projetos de desenvolvimento em realidades locais conflituosas (Koselleck, 2006; Benjamin, 1985). Sendo uma força no imaginário social, é difícil pensar para além de seus termos (Radomsky, 2011), evocados em fontes como os relatórios de sustentabilidade analisados.

Esta concepção possui uma gênese: termo advindo do campo das ciências biológicas, desenvolvimento significava o processo de condução da vida, as etapas dos seres. Aplicado no campo das ciências sociais e humanas, desenvolvimento passou a ser visto de forma linear e em subida, não pensado na etapa posterior, após o auge, que seria o declínio (Esteva, 2000). Com a instauração do desenvolvimento como necessidade a ser perseguida pelos seres humanos e, portanto, países, também se inventou o subdesenvolvimento e a categorização dos países que estariam nesta etapa inferior, sendo necessário trazê-los, pela “iluminação” dos desenvolvidos, a este lugar de salvação (Escobar, 2007). Conforme Cabral e Morales,

desenvolvimento é um dos mais preciosos termos dessa lógica onde estão enlaçados, feito um nó górdio, miséria e opulência. Por isso, a demarcação cognitiva mais saliente do discurso ambientalista é conduzir o termo desenvolvimento para ser embebido pelo adjetivo sustentável, [permitindo uma roupagem nova e aceita socialmente de velhas práticas de destruição] (Cabral e Morales, 2011, p. 110).

Empresas são vistas, no imaginário corrente, como arautos do desenvolvimento, especialmente nas regiões consideradas periféricas, subdesenvolvidas, pobres e atrasadas, corporificando o desenvolvimento e seus processos de transformação, indicando um “futuro” para lugares “sem história” e, portanto, “sem sentido”. Para o espaço analisado, tal conceito também é associado à noção de vazio demográfico.

Outros debates são necessários para compreender as formas de atuação dos empreendimentos aqui enfocados em relação a comunidades locais. A “lógica da ajuda”, por exemplo, surge na narrativa institucional

dos empreendimentos, podendo ser compreendida como um “instrumento para o exercício sofisticado do poder”, seguindo Gronemeyer (2000, p. 11). Conforme a autora, a ajuda moderna herdou o universalismo da missão cristã e a tarefa de abarcar o mundo, livrando-se posteriormente “do lastro da compaixão”, aceitando “a necessidade de ser eficiente” (Gronemeyer, 2000, p. 16). Hoje, a ajuda serve para superar um déficit, batalhar contra o atraso, alcançar uma simultaneidade mundial que é a do desenvolvimento como um grande projeto de normalização (Gronemeyer, 2000).

Próxima à lógica da ajuda está a perspectiva do voluntarismo, evocada pelo discurso institucional dos empreendimentos como uma forma de promover a sustentabilidade. Tal perspectiva pode ser compreendida no âmbito do processo de flexibilização do capitalismo descrito por Virgínia Fontes (2010), que afirma ser este um sistema produtor de novas formas de não-trabalho mascaradas de voluntarismo, retirando dos trabalhadores seus momentos de descanso e lazer conquistados por lutas diversas. A prática de voluntariado aparece como parte de uma transformação de pessoas enraizadas em sociabilidades próprias em sujeitos autocentrados, produzindo redes de sustentabilidade a partir de ações individuais, como “consumidores conscientes”.

“Sustentabilidade”, o terceiro conceito, é aqui encarado em perspectiva crítica, a partir de autores como Enrique Leff, segundo o qual a atual concepção de sustentabilidade é fruto de deslizamentos semânticos e de um amaciamento do capitalismo enquanto sistema em reprodução. O desenvolvimento, embora perpetue em seus processos as desigualdades entre países e sociedades, recebe o adjetivo sustentável a fim de torná-lo aceitável e válido. A saber, “las estrategias de poder del orden económico dominante van modificando el discurso ambiental crítico para someterlo a la racionalidad del crecimiento económico” (Leff, 2001, p. 152). Daí observa-se uma impossibilidade em conciliar o crescimento econômico e a preservação da natureza, pois uma visão sistêmica se esfuma, tornando-se apenas meio para o planejamento do desenvolvimento. Sustentabilidade comporta uma ambiguidade: “internalización de las condiciones ecológicas de soporte del proceso económico” e “perdurabilidad del proceso económico mismo” (Leff, 2001, p. 153), tornando-a uma condição para a sustentação do processo econômico.

Metodologicamente, adotamos a análise do discurso como metodologia geral de análise das fontes, a partir de Pere Petit (2003). O levantamento de fontes foi efetuado pela catalogação de material nos sites da empresa Vale S.A. (<http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>), entre 30.08.2016 e 11.04.2017 - e da Alcoa/Alumar (<http://www.alcoa.com/brasil/pt/default.asp>), (<http://www.alumar.com.br/>), entre 30.08.2016 e 11.04.2017. Ao todo, foram elencados dezenove relatórios de sustentabilidade, dez da Vale S.A., entre os anos 2006 e 2015, e nove da Alcoa/Alumar, entre 2002 e 2015.

Com a catalogação dos relatórios de sustentabilidade, procedemos a uma leitura sistemática de suas seções, identificando: principais temas abordados em cada uma delas; presença de elementos gráficos como ilustrações, cartografias, fotografias e gráficos; presença de citações de falas de funcionários, clientes, membros de comunidades, instituições governamentais, sindicatos e outros; quantidade de páginas ou palavras destinada a uma seção; modificações conceituais e de diagramação ao longo dos relatórios; palavras-chave, como sustentabilidade, desenvolvimento, comunidade e seus derivados. Após isso, realizamos a análise do discurso de um relatório em relação ao outro de uma mesma empresa e de um relatório em relação ao outro de empresas diferentes. Por fim, os dados elencados foram adicionados a um banco de dados pessoal, com objetivo de futura disponibilização na plataforma Cofo de Memórias (<http://cofodememorias.ufma.br/>).

Acrescentamos que o conjunto de relatórios de sustentabilidade da empresa Alcoa/Alumar não é contínuo em relação aos anos de publicação, diferente do produzido pela empresa Vale, e desde já ressaltamos que dois motivos relacionam-se a isso: a) os relatórios dos anos 2004, 2006, 2008, 2009 e 2010 não se encontravam disponíveis para download na página da empresa Alcoa/Alumar, pois pudemos constatar que uma das metodologias aplicadas na confecção dos referidos relatórios é a publicação de um material referente a dois ou três anos, ou seja, o relatório de 2005 contém informações do ano de 2004, contudo os outros quatro não possuem a mesma frequência, podendo ser considerada uma defasagem de publicações por parte da empresa ou uma opção pela não publicação dos dados devido a problemas de gestão ou

outras questões; b) por conta da publicização dessas informações ser de responsabilidade da empresa, não conseguimos encontrar referências aos relatórios dos anos que faltam em outros lugares, portanto, incorporamos a hipótese de que as informações dos anos que faltam estão inseridas nos relatórios posteriores, ainda que de forma dispersa.

3. Conhecendo o espaço e o conflito

Os conflitos ambientais vigentes na Zona Rural II de São Luís-MA na atualidade são atravessados por vários processos, dentre eles, a historicidade própria da ocupação do espaço pelas comunidades, em constante transformação ao longo do tempo. Embora a reserva seja de modalidade extrativista, as doze comunidades possuem distintas formas de reprodução social, associadas à pesca, à coleta de frutos do mar, à agricultura familiar, à criação de animais de pequeno porte, bem como a associação ao comércio formal e informal de São Luís, em mercados, feiras, e mesmo o trabalho nos empreendimentos. Portanto, a disputa pelo espaço deve ser compreendida a partir da multiplicidade dos modos de vida e sua reprodução.

A Resex de Tauá-Mirim é composta por uma área de 16.663,55 hectares, com perímetro de 71,21 km (Ibama, 2006). A unidade de conservação contempla as comunidades e um espelho d'água marinho, sem o qual a reprodução social comunitária estaria comprometida (Miranda, Maia & Gaspar, 2009). Além da pesca, predominam a agricultura e a criação de pequenos animais, perpassadas por um calendário sazonal sob regime familiar de organização do trabalho (Damasceno & Barboza, 2009).

O ecossistema manguezal é também fonte de recursos, entendido como fonte ancestral de sustento e salvaguarda da sobrevivência, utilizado a partir do saber local. Em contraposição, nos arredores do território existe uma série de empreendimentos potencialmente degradadores, como matadouros, portos e grandes indústrias, acarretando processos como o corte do mangue, poluição de águas e a potencial destinação de agricultores e pescadores aos postos de trabalho nas indústrias (Damasceno & Barboza, 2009). Além disso, outra particularidade da Zona Rural II consiste em sua proximidade ao centro urbano de São Luís, distante pouco mais de 40 quilômetros, o que, por vezes, leva a uma consideração do espaço como bairros rurais, descaracterizando o aspecto de serem comunidades tradicionais³ com modos de vida específicos.

Dentre os muitos empreendimentos instaurados e em vias de implementação na Zona Rural II de São Luís, escolhemos apenas dois mais significativos devido à abrangência nacional e regional: as empresas Vale S.A. e Alcoa/Alumar. A primeira, do ramo da mineração, fundada em 1942 pelo governo brasileiro, e privatizada em 1997, atua na produção e comercialização de minério de ferro e derivados. A segunda é um complexo industrial produtor de alumina e alumínio primário, um consórcio pertencente à multinacional Alcoa, presente no Maranhão desde os anos 1980 (Damasceno & Barboza, 2009). Ambas possuem terminais portuários - a Vale S.A., o Porto da Madeira, a Alcoa/Alumar, o porto da Alumar - a partir dos quais escoam a produção e recebem matéria-prima, o que afeta a dinâmica das comunidades. Também possuem parques ambientais, construídos em territórios de comunidades expropriadas (Sbrana, 2017).

Além disso, em suas diretrizes de atuação, apresentam recomendações que visam promover ações em prol da sustentabilidade local, bem como a mitigação dos efeitos nefastos de sua atuação. São os relatórios de sustentabilidade produzidos pelas duas empresas que nos indicam as formas de atuação delas junto a povos e comunidades tradicionais. Adiante, abordaremos de que maneiras os empreendimentos atuam em espaços como o aqui enfatizado, a partir de seus escritos.

4. Empresas: “entidades eficazes” em prol do desenvolvimento

Tem sido costume tratar empreendimentos como entidades vivas ou sujeitos, adjetivando-os ou não. Também ao longo de nossa escrita foi dificultoso descrever os empreendimentos a partir de suas composições complexas como “diretoria da empresa Vale”, “corpo de funcionários” ou “voluntariado

da empresa Alcoa”. Talvez pela coloquialidade da fala, denominamos instituições como sujeitos, e isso também foi notado nas fontes, embora de forma subjetiva: por diversos momentos “a Vale” e “a Alcoa” descreveram suas atividades, ganhos, perdas e projetos de futuro, como seres presentes na vida das pessoas. Obviamente, funcionários das empresas produziram os relatórios, mas seus nomes estão ocultados sob o gigantismo de suas instituições.

No primeiro relatório de sustentabilidade da Vale S.A., em 2006, encontramos uma “empresa com a cara do Brasil”. Este Brasil-país é composto por pessoas que relatam suas experiências e a importância da empresa em suas vidas - e aqui temos uma primeira pista da Vale como entidade subjetiva. Algumas falas, como a da funcionária Silvânia Matos e da acionista Paula Farias de Poian, demonstram um esforço em aproximar a instituição de suas vidas. A primeira relata que “é muito gratificante trabalhar em uma empresa de grande porte como a Vale, porque o que nós fazemos se reflete diretamente na sociedade” (Vale, 2006, p. 48), demonstrando a sua inserção no ambiente de trabalho da empresa, apresentado como diversificado, competitivo e no qual se promove crescimento pessoal. A segunda afirma:

Tenho ações da Vale há muito tempo. As primeiras, recebi como herança do meu pai, que já acreditava na empresa. Atualmente, continuo investindo porque é um bom papel. Em 2006, a venda de algumas ações proporcionou a realização de um sonho da minha família: viajei para a Disney com meu marido e meus três filhos. Na época, acompanhei bastante o mercado e sempre entrava no site da Companhia para ler as notícias. Vendi em uma época boa e já recuperei o dinheiro porque as ações se valorizaram bastante. A Vale é uma empresa na qual eu tenho confiança (Vale, 2006, p. 48).

Estes relatos em tom pessoal foram suprimidos das edições posteriores, retornando apenas nas últimas edições analisadas. Observando a composição dos escritos, notamos um efeito de sentido que se produz ao intercalar dados matemáticos, como percentuais e gráficos, com falas de pessoas que podem ser apresentadas como vinculadas à empresa (funcionários) ou não diretamente (acionistas): apresenta-se uma imagem da empresa como “cheia de pessoas” e fazendo parte de suas vidas, ao mesmo tempo em que a linguagem aplicada afasta este “povoamento” da instituição, singularizada ao ser chamada de “a Vale” e tornada neutra, reassentando seu caráter de empreendimento econômico na apresentação dos dados e informações. Ademais, a sensação constante, durante a leitura dos relatórios, foi de ser um documento impessoal, o qual sabíamos ter sido feito por uma equipe, mas cujos nomes não conhecemos. O que surge é uma figura única e gigantesca: a Vale.

Nos documentos se apresenta uma espécie de lógica da ajuda perpetrada pelo conjunto da empresa. No texto de todos os relatórios analisados, esta lógica esteve presente, em relação a fornecedores, acionistas, pesquisadores, funcionários e membros de comunidades que tiveram ou têm que lidar com a empresa por diversos motivos. No relatório de 2006, a Vale surge como grande colaboradora para o desenvolvimento sustentável do país, conceito então constantemente acionado nos debates sociais do período. Mas a empresa não apenas promoveria o referido desenvolvimento de forma genérica, ressaltados seus aspectos mais gerais em suas publicações e ações: ofertaria “ajuda” para a construção do desenvolvimento, indicando um caminho de aceitação em consonância com uma normatização da vida, rumo a um processo de incorporação ao desenvolvimento enquanto único caminho possível das sociedades e dos indivíduos, o que inclui também aceitar o gigantismo da empresa-entidade, eficaz em promover transformações.

Percebemos uma busca constante em afirmar a empresa Vale como promotora de “pessoas felizes”, inserida na lógica da ajuda, mas também centrada nos indivíduos. Desde o primeiro relatório há uma constância em apresentar os caminhos que podem levar pessoas individualmente, mas com ajuda da empresa, ao sucesso enquanto cidadãos e consumidores (ou apenas o segundo), numa passagem de um estágio de insegurança (diga-se não-consumo ou não-trabalho) para um estágio de “plenitude de ser”. E esta passagem também pode ser observada na seção relativa às ações da empresa com *stakeholders* - termo que designa os grupos ou pessoas com os quais a empresa se relaciona em diferentes campos - relativos às comunidades nas quais a Vale está presente ou impacta de alguma forma. Observemos o trecho seguinte:

A Companhia dialoga com as comunidades e realiza estudos que balizam os projetos e operações em cada região. Nesse processo, procura convergir os interesses legítimos dos *stakeholders* e da empresa. A Vale também realiza a gestão dos impactos de suas operações, buscando minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos, apresentando-os à comunidade com o objetivo de propiciar o entendimento. A forte ação social nas comunidades permeia os negócios da Companhia e é efetivada pelas áreas operacionais e pela Fundação Vale do Rio Doce, por meio de programas conduzidos em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), instâncias do poder público e sociedade civil. Em 2006, o valor investido em projetos e programas sociais foi de R\$ 286 milhões. Em cada região onde a empresa se insere, dentro e fora do Brasil, há o cuidado de investir em processos que gerem desenvolvimento nos vários aspectos da vida das comunidades. Para que os empreendimentos sejam conduzidos de forma cada vez mais sustentável, a Companhia vem procurando conhecer melhor os territórios onde opera, considerando os impactos dos empreendimentos atuais e antecipando os de projetos futuros, num horizonte até o ano de 2010 (Vale, 2006, p. 76).

Aqui temos um “roteiro” de atuação da empresa: realização de estudos para basear os seus projetos, diálogos com as comunidades, gestão dos impactos, ações a partir de parcerias com ONGs, poder público e sociedade civil - em todo esse processo, uma busca por consenso, expresso em termos como “convergir os interesses legítimos”, “propiciar o entendimento”, “condução sustentável dos projetos”, e ainda numa perspectiva de melhoramento. O roteiro exemplifica parte da perspectiva de desenvolvimento sustentável aplicada e justificada pela empresa, que consiste em uma sustentação permanente do crescimento econômico aliada à preservação ambiental e à conservação da vida humana presente e futura, de modo que o crescimento econômico (e a exploração da natureza, transformada em recurso) não afete a continuidade da espécie humana futuramente, ou seja, não escasseie seus meios de sobrevivência.

Podemos encontrar também uma relação entre a estrutura dos relatórios analisados e esta concepção de desenvolvimento sustentável, que vai sendo aprimorada ao longo deles. No primeiro, as informações estruturam-se segundo alguns eixos: administração e finanças; sustentabilidade, gestão ambiental e preservação; pessoas dentro e fora da empresa, comunidades e empregados; índices e reconhecimentos, como prêmios que a empresa ganhou. Podem ser alocados segundo os itens economia, natureza e pessoas, o que foi mais explicitado nos relatórios posteriores, a partir de 2012, ano em que a concepção da missão e dos valores da empresa sofreu algumas mudanças. Contudo, no relatório de 2006, a nosso ver, os dois últimos itens (natureza e pessoas) não possuem tanta ênfase no texto, em detrimento da grande quantidade de informações referentes ao item economia, entendida como a taxa de lucratividade da empresa. Podemos exemplificar o conceito de desenvolvimento sustentável para a empresa Vale a partir do seguinte trecho retirado do relatório de 2006:

Os resultados em 2006 confirmam o acerto dessa estratégia de sustentabilidade e revelam a dedicação das lideranças e dos empregados ao implementá-la. A Vale encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 13,4 bilhões, 29% superior ao de 2005, o que significou uma rentabilidade de R\$ 5,56 por ação da Companhia. Além disso, nossas exportações atingiram a marca de US\$ 9,7 bilhões, representando um aumento de 37,5% em relação ao ano anterior. Entre nossos recordes comerciais, destacam-se as vendas de minério de ferro e pelotas, que chegaram a 272,6 milhões de toneladas; e o transporte ferroviário de carga geral para clientes, com uma movimentação de 28,9 bilhões de toneladas por quilômetro útil. A robustez nos negócios foi acompanhada pelos investimentos socioambientais. Além dos R\$ 286 milhões investidos em ações sociais e outros R\$ 317 milhões em ações ambientais, a Companhia vem se destacando pelo desenvolvimento de programas estruturantes com as comunidades e pelas iniciativas de recuperação e preservação da biodiversidade. Com suas práticas, a Vale hoje influencia positivamente a agenda de desenvolvimento das diversas regiões onde atua (Vale, 2006, p. 9).

Ou seja, nas palavras do então presidente do Conselho de Administração da Vale, Sérgio Rosa, a empresa auferiu lucros maiores do que os do ano anterior (2005), e isso possibilitou um investimento em demandas sociais, ou ações sociais, em seus termos, produzindo uma “influência positiva” na agenda de desenvolvimento dos lugares de sua atuação. Contudo, podemos afirmar que a sustentabilidade, além de

ser um pilar estratégico da empresa, de acordo com sua Política de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (2012), é também estratégia de marketing e justificativa de atuação, o que pudemos perceber nos relatórios dos anos posteriores. No relatório de 2006, a atuação da empresa é apontada como um atendimento às necessidades comunitárias, preservando sua cultura e continuidade, melhorando as condições de vida e atendendo demandas, ao mesmo tempo em que relaciona as comunidades locais à lógica do empreendimento

“Desenvolver as potencialidades das populações”, gerar “recursos para que se tornem autossustentáveis”, estabelecer “garantias para que as comunidades indígenas usufruam os benefícios gerados pelo projeto e de medidas para prevenir ou minorar eventuais efeitos adversos sobre as comunidades” (Vale, 2006, p. 88) surgem como termos ou mesmo sentenças para dizer de forma “politicamente correta” o que seria inserir as comunidades locais na lógica da autorreprodução capitalista. Nesta direção, o “apoio para atividades produtivas”, a “construção de 33 quilômetros de estrada” e a realização de “estudo para mapear potencialidades produtivas e apoiar projetos voltados à sustentabilidade da comunidade” (Vale, 2006, p. 88) parece demonstrar uma concepção de sustentabilidade como termo abrangente que ameniza as atividades impactantes da empresa, mas também parece se colocar como capital simbólico no sentido de indicar uma ação tutelar que leva a “sustentabilidade” para as comunidades locais - não um aproveitamento das relações historicamente estabelecidas pelas populações locais como sustentáveis, em seus sentidos específicos de reprodução da vida, mas como uma forma de levar essas populações para o “mundo desenvolvido” e, por fim, ao capitalismo, naquela lógica que ainda se faz sentir de incorporação da diferença e sua transformação radical vendida como a única saída. E esta ação é lucrativa, já que a empresa (e de modo geral, as empresas como parte do setor dominante) recebe concessões fiscais, prêmios e garantias com sua imagem de sustentável.

Observe-se que as atividades desenvolvidas junto a diversas comunidades - povos indígenas e populações tradicionais - são ações em termos de lucro e capital. Palavras como benefício, investimento, comprometimento, medidas de mitigação e outras mais são utilizadas recorrentemente, numa produção de sentido eficaz que denota a empresa como promotora real, portanto verificável em números, de desenvolvimento.

Desde o primeiro relatório analisado, notamos um esforço recorrente em demonstrar a eficácia das ações da empresa Vale, especialmente aquelas voltadas para atender a demandas de comunidades afetadas pela empresa, como indígenas e quilombolas. Como as doze comunidades que compõem o traçado da autointitulada Resex de Tauá-Mirim estão localizadas próximas à sede da Vale em São Luís e à Estrada de Ferro Carajás, buscamos encontrar menções a essas comunidades nos relatórios analisados, entretanto, quando encontramos alguma informação, foi em termos genéricos. Alguns motivos podem ser elencados, como a ocorrência de incidentes com comunidades indígenas e quilombolas em maior frequência ser um fator de negatização da imagem da empresa, por conta da atenção especial dada a povos indígenas e quilombolas no texto constitucional de 1988, e do apelo midiático que tais incidentes podem promover, diferentemente do que ocorre em relação a comunidades tradicionais mais associadas ao meio urbano, consideradas em muitos casos como completamente urbanas.

A lógica é do impedimento, empecilho ou mesmo barreira que comunidades indígenas, por exemplo, configuram para a empresa. Os diálogos que podem ser efetuados aparecem em termos de políticas mitigatórias, o que muitas vezes são apenas pequenas respostas dadas a grandes problemas, como o deslocamento compulsório. Cursos profissionalizantes, ensino de educação ambiental voltado para a prática da reciclagem, cursos de capacitação de professores e outras iniciativas surgem como medidas paliativas para a atuação da empresa em comunidades que têm seus modos de vida modificados a ponto de precisarem de um curso profissionalizante para obter emprego, já que o tradicional meio de vida, como a agricultura, fica impossibilitado pela atuação da empresa.

Nos relatórios da Alcoa/Alumar, chamou nossa atenção a ênfase no emprego de trabalho voluntário em diversas atividades da empresa voltadas para comunidades com as quais lida. A partir das informações disponibilizadas por Rosana Mesquita em entrevista concedida a nós em 3 de dezembro de 2016, a ação

de voluntários em programas ditos sociais na Zona Rural é constante, nos chamados *Action Day* e em *workshops*. Algumas informações apresentadas no relatório de 2015 dão conta desta questão:

Desde 1995, o Instituto Alcoa e a Alcoa Foundation investiram cerca de R\$ 113 milhões em mais de 2.100 projetos, beneficiando 39 cidades brasileiras. A contribuição dos funcionários já resultou em mais de 1,4 milhão de horas de trabalho voluntário. Somente em 2015, foram investidos R\$ 8,8 milhões em projetos locais e programas de voluntariado, beneficiando 75 mil pessoas. Foram mais de 13 mil horas destinadas ao trabalho voluntário (Alcoa, 2015, p. 45).

Outro trecho, do relatório de 2014, aponta que

Em 2014, voluntários da Alcoa atuaram em ações comunitárias, fazendo a diferença para muitas pessoas. Durante as Semanas Verdes, todas as unidades da Alcoa promoveram ações voltadas ao meio ambiente, com foco em reduzir, reciclar e revitalizar. Foram mais de 1,2 mil voluntários, 60 eventos realizados, mais de 28 mil mudas plantadas ou distribuídas, 17 mil horas de trabalho voluntário e 60 instituições beneficiadas (Alcoa, 2014, p. 11).

E também, no relatório de 2011:

A visão da Alcoa é a de que as comunidades sejam sustentáveis e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, pleiteando direitos e acessando recursos de forma autônoma e independente. Para tanto, utiliza como ferramenta de gestão o *Community Framework*, um guia para pensar os impactos sociais do negócio e desenvolver uma estratégia para abordar problemas e oportunidades em torno de oito fatores principais, que envolvem relações governamentais, mídia e comunicação, voluntariado dos funcionários, investimento na comunidade e relações comunitárias (Alcoa, 2011, p. 16).

Chama atenção a ênfase nos funcionários, em sua atuação enquanto voluntários (pelos menos 4 horas de trabalho voluntários) e em sua ação enquanto indivíduos saudáveis, portanto, para o trabalho, desenvolvendo atividades físicas no “Alcoanos em movimento”. Inclusive a utilização do termo “alcoanos” demarca um lugar social: não são apenas funcionários, o que indicaria uma relação tradicional entre empregados e patrões, mas “vestem a camisa da empresa”, ou seja, tornam-se a empresa, portanto, como alcoanos. Dessa forma, suas ações devem ser sustentáveis, politicamente corretas e seus corpos saudáveis, pois esta é a imagem da empresa corporificada nos alcoanos.

O cálculo do trabalho voluntário é medido em pessoas, dinheiro e horas, ou nos termos “beneficiados”, “doação” e “horas de voluntariado”. Estes dados são sintomas de uma retirada dos trabalhadores de sua atividade produtiva remunerada, colocando-os em atividades produtivas não remuneradas perpassadas por um discurso que os apresenta como corretos, cidadãos de bem e parte de um “mundo melhor”, mais sustentável. Esse discurso os apresenta como modelos para a sociedade, mas todo o trabalho não remunerado que é efetuado nos termos do voluntariado acaba por contribuir para que a imagem da empresa como entidade seja ressaltada, não a dos funcionários. Considerando o objetivo de proporcionar, para as comunidades onde atua, meios destas tornarem-se sustentáveis e protagonistas de seu desenvolvimento, o voluntariado agiria como vetor desta sustentabilidade comunitária, catalisando o desenvolvimento regional e local.

Para nós, é processada uma violência simbólica com dupla feição: de um lado, é desconsiderado que formas locais de existência possam ser sustentáveis em suas especificidades, ainda que inseridas dentro do sistema capitalista, cuja tendência é a de englobar outros sistemas; de outro lado, mascaram-se formas de não-trabalho cuja execução retira dos trabalhadores horas de descanso e lazer, por exemplo, e não produz remuneração em dinheiro na forma salário, cujos resultados são apropriados pela empresa como entidade, ao invés de seus funcionários. Dessa forma, a eficácia da empresa é a de seus funcionários como promotores de sustentabilidade, porém os resultados em termos monetários, já que estamos falando de uma relação de trabalho ou assalariamento, não se configuram para estas pessoas.

Os empreendimentos, como entidades de poder, impõem sua presença nas comunidades a partir de diversos representantes, como assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, biólogos, funcionários e voluntários, atuando em cursos de educação ambiental, torneios esportivos e ações sociais diversas, produzindo uma imagem positiva da ação da empresa, no intuito de ofuscar sua atuação enquanto agente econômico que promove retirada de recursos naturais nas terras comunitárias, permeadas por degradações ambientais e constrangimentos físicos. Nos relatórios socioambientais da empresa Vale encontramos alguns rastros dessa produção de sentido especialmente voltada para a ajuda às comunidades. Em sua Política de Desenvolvimento Sustentável (Vale, 2009), a empresa enfatiza a importância da sustentabilidade como base para sua atuação. Há uma ênfase na dissipação dos males causados pela mineração a partir da aplicação de uma política sustentável:

A mineração é, por definição, uma atividade finita, limitada à vida útil da jazida mineral. O legado de sustentabilidade de nossas atividades depende do desenvolvimento - ao longo do ciclo mineral - de novas vocações econômicas que possam garantir a perpetuidade do bem-estar social, em equilíbrio com o meio ambiente (Vale, 2009, p. 1).

Observamos que o discurso da “vocação” também está presente na atuação da empresa. Se para o território da autointitulada Resex de Tauá-Mirim o espaço é “naturalmente vocacionado para o desenvolvimento”, por conta de seu posicionamento estratégico numa área considerada de escoamento de produtos, a empresa Vale o concebe como tendo uma “vocação econômica” que garante o bem-estar social equilibrado ao meio ambiente, a partir da ação sustentável da empresa, ainda que seja num dos ramos com maior possibilidade de degradações ambientais, como é a mineração. Produz-se um deslize semântico que indica a pertinência em se utilizar o termo “vocação”, compreendido no imaginário corrente como característica humana no âmbito do trabalho, agora remetida a espaços e instituições. Esta aproximação de características humanas a entidades não humanas também é útil para compreendermos os níveis de atuação dos empreendimentos, na promoção do consenso. Admite-se uma vocação para o espaço e para a instituição.

Boa parte das ações das empresas Vale e Alcoa/Alumar voltadas para as comunidades apresentadas em seus relatórios de sustentabilidade referem-se à criação de parques botânicos ou outras unidades preservadas, somadas a cursos de educação ambiental, cujo foco principal é a preservação do meio ambiente ligado a práticas de reciclagem e menor desperdício. É comum, a partir de uma definição rasteira de ecologia e sustentabilidade, pensar essas práticas como suficientes para conter os avanços desastrosos do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que este é perpetuado. No interior desta compreensão, incorporam-se processos que modificarão minimamente ou nada da lógica hegemônica desenvolvimentista. Destrutiva para povos e comunidades tradicionais, meio ambiente e sociedades em geral, sua perpetuação impõe-se como necessidade, vista como parte de um caminho para um futuro melhor.

5. Considerações finais: uma crítica em construção permanente

Neste artigo, analisamos relatórios de sustentabilidade das empresas Vale S/A e Alcoa/Alumar, a partir dos quais buscamos demonstrar, em linhas gerais, que existe uma orientação abrangente para várias situações de conflito ambiental onde porventura estes empreendimentos são instalados, como a Zona Rural II de São Luís-MA. Como resultados da análise, observamos uma escrita institucional marcada pela dinâmica pessoalidade-impessoalidade, a partir da empresa apresentada como presente, próxima, a “cara do Brasil”, “cheia de pessoas”, mas que não identifica as pessoas que escreveram os relatórios. Decorre, portanto, um apagamento: as empresas não escrevem, mas sim seus funcionários que, no processo de configuração dos relatórios de sustentabilidade, tem seus nomes apagados pelo gigantismo do empreendimento.

Nos documentos, constam roteiros de atuação em situações de conflito ou não, perpassados pelo que identificamos como uma “lógica da ajuda”, e também a formação de um consenso em torno da necessidade de transformação dos espaços locais pela chegada dos empreendimentos, rumo ao desenvolvimento. E, nesse sentido, evoca-se o desenvolvimento sustentável como conceito balizador dessa atuação. A forma de atuar nos territórios, por sua vez, é apresentada como eficaz e modelar para outras empresas.

Também observamos que o investimento no voluntariado é uma das formas encontradas para dar continuidade à transformação dos agentes envolvidos no processo, tanto membros de comunidades como funcionários locais das empresas, envolvidos na construção de uma forma de sustentabilidade compreendida como “medida mitigatória” para os efeitos nefastos da mineração e da siderurgia, amenizando seus resultados. Dessa forma, estabelece-se uma “vocação econômica” para os territórios em transformação.

Os relatórios, por sua vez, respondendo a uma demanda social, também respondem a interesses empresariais de permanência de suas instituições, pois adequar-se à legislação ambiental é uma forma de permanecer enquanto empresa aceita e válida socialmente. Tais escritos são, em linhas gerais, uma prestação de contas elogiosa. Além de apresentarem dados cada vez mais detalhados ao longo dos anos, também enfatizam os acertos dos empreendimentos, como o aumento da produção de cada empresa, mesmo diante de crises, como a de 2008, e de erros de gestão, como o rompimento da barragem em Brumadinho-MG, em 2015. A eficácia dos empreendimentos em promover o desenvolvimento pode ser verificada nos incontáveis “bons testemunhos” que são descritos nos documentos, dados por funcionários, clientes, membros de comunidades alvo das ações de voluntários, dentre outros.

Alguns limites da pesquisa são verificados na ausência de entrevistas com funcionários das empresas analisadas, para trazer nuances à narrativa. Também apontamos para uma necessidade de analisar outros documentos adjacentes aos relatórios de sustentabilidade, especialmente voltados a finanças e códigos de ética e conduta. Além disso, precisamos ampliar a análise para os relatórios após 2015, dando continuidade à pesquisa.

Pelos relatórios, podemos conhecer um aspecto do *modus operandi* das empresas, em reprodução há várias décadas. Conhecer esse *modus operandi* tem sido uma demanda de movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais há bastante tempo, já que comumente as comunidades são escrutinadas por agentes empresariais que anotam seus nomes e perfis em fichas, arquivadas em lugares aos quais elas não têm acesso. A demanda de conhecer as empresas requer da academia uma resposta, afinal, ela também tem escrutinado as comunidades e movimentos sociais há muito tempo.

Por fim, observamos o acionamento de questões relacionadas aos temas “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, especialmente sua abrangência enquanto discursos amplamente validados na sociedade civil. A atuação dos empreendimentos é legitimada em suas variadas instâncias por esses dois conceitos, ambos inseridos numa significação relacionada a um futuro melhor a ser alcançado. Dessa forma, os conflitos vivenciados em lugares como a Zona Rural II de São Luís do Maranhão são considerados pequenos detalhes numa autoproclamada história de acertos, com destino positivo e certo.

NOTAS

¹ De acordo com IBGE (2021), “corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro”.

² No decorrer dos anos 2000 ocorreram debates no âmbito governamental relativos à necessidade prevista pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) de se realizar a revisão do Plano Diretor do município de São Luís. A proposta do município, a partir do Instituto da Cidade, trazia revisões no zoneamento de São Luís, afetando as comunidades da Zona Rural II, que vinham mobilizando-se em torno de sua permanência no território (Carvalho, 2015). Os membros das comunidades passaram a combater a mudança no zoneamento que, segundo eles, poderia deslocar 14.000 famílias.

³ A respeito da categoria “comunidades tradicionais”, ver o capítulo “Populações tradicionais e conservação ambiental”, de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, da obra *Cultura com aspas e outros ensaios* (Cunha, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acsegrad, H. (Org.). (2004). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Fundação Heinrich Böll.

Alcoa. (2011). *Relatório de sustentabilidade*. Mimeo.

Alcoa. (2014). *Relatório de sustentabilidade*. Mimeo.

Alcoa. (2015). *Relatório de sustentabilidade*. Mimeo.

Benjamin, W. (1985). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas (vol. 1, 3ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Cabral, F., & Morales, L. A. (2011). A trágica sustentabilidade em um mundo sem transcendência. In M. C. L. Simonetti (Org.). *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária.

Carvalho, F. C. (2015). *Políticas de desenvolvimento regional-territorial e governança: uma análise recente sobre o Estado do Maranhão (Brasil)*. Tese de doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil.

Cunha, M. C. (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif.

Damasceno, E. S., & Barboza, E. M. (2009). O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís-MA. In H. A. Sant'ana Júnior, M. J. F. Pereira, E. J. P. Alves, & C. R. A. Pereira (Orgs.). *Ecossistemas socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA.

Escobar, A. (2007). *La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

Esteva, G. (2000). Desenvolvimento. In W. Sachs (Org.). *Dicionário do desenvolvimento - guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.

Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (3ª ed.). Rio de Janeiro: EPJSV, Editora UFRJ.

Gronemeyer, M. (2000). Ajuda. In W. Sachs (Org.). *Dicionário do desenvolvimento - guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Amazônia legal*. Recuperado em 27 janeiro, 2021, de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. (2006). *Lauda sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim*. Mimeo.

Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio.

Leff, E. (2001, enero-abril). La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias falaces de la sustentabilidad. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 7(1), 149-160.

Miranda, A. C. P., Maia, M. R. S., & Gaspar, R. B. (2009). Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In H. A. Sant'ana Júnior, M. J. F. Pereira, E. J. P. Alves, & C. R. A. Pereira (Orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA.

Petit, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu.

Porto-Gonçalves, C. W. (2015). *Amazônia, Amazônia* (3ª ed.). São Paulo: Contexto, 2015.

Radomsky, G. F. W. (2011). Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. *RBCS*, 26(75), 149-193.

Sant'ana Júnior, H. A., Pereira, M. J. F., Alves, E. J. P., & Pereira, C. R. A. (Orgs.). (2009). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA.

Sbrana, T. S. J. (2017). "E deu nome a todas as coisas": as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

Vale. (2006). *Relatório de sustentabilidade*. Mimeo.

Vale. (2009). *Política de Desenvolvimento Sustentável*. Mimeo

Zhuri, A., & Laschefski, K. (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In A. Zhouri, & K. Laschefski (Orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.